



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2018.

COMUNICAÇÃO Nº 228/18 – TJD/RJ

DECISÃO DA “2ª” COMISSÃO DISCIPLINAR REGIONAL - CDR - TJD/RJ

Sob a Presidência do Auditor, Dr. Leonardo Rangel de C. Lemos presentes os Auditores Dr. Rodrigo Octávio P. Borges, Dr. Arilson Gouveia, Dr. Julião Vasconcelos e o Procurador Dr. Cláudio de Andrade, ausências justificadas dos Auditores Dr. Wanderley Rebello de O. Filho, Dr. Rafael Fernandes Lira e Dra. Cristiane Carvalho A. Martins, reuniu-se às 18h20min do dia 17 de julho de 2018, no Auditório do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Rio de Janeiro no Plenário Dr. Homero das Neves Freitas, situado à Rua do Acre, 47, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, a 2ª Comissão Disciplinar Regional tomando as seguintes deliberações.

1) Aprovada a ata da sessão anterior.

2) Processo: nº 282/18

1º) Denunciado: Athyla Pereira da Silva Junqueira (Atleta do São Gonçalo EC)

Tipificação: Art. 254-A I do CBJD.

2º) Denunciado: Vinicius Carvalho Vieira (Atleta do Bonsucesso FC)

Tipificação: Art. 254-A I do CBJD.

Jogo: São Gonçalo EC x Bonsucesso FC

Categoria: Série B1 – Profissional

Data jogo: 16/06/2018

Representante legal dos denunciados: Dr. Jorge Gonçalves (São Gonçalo EC) e ausente (Bonsucesso FC)

Auditor Relator: Dr. Julião Vasconcelos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Depoimento pessoal; Sr. Athyla Pereira da Silva Junqueira – RG: 278470935 - atleta.

“Indagado ao denunciado sobre o relatado na denúncia o mesmo afirma que tal confusão existiu após o término da partida. Que sua equipe comemorava a vitória da partida quando a equipe adversária se dirigiu ao seu time causando o tumulto relatado. Durante a confusão o denunciado puxava seus colegas para evitar o confronto, acreditando que seu gesto tenha sido interpretado pelo árbitro como suposta agressão o que afirma não ter ocorrido. Afirma ainda que não viu nenhuma agressão de ambas as equipes, que não sabe dizer o motivo do inconformismo da equipe adversária e que só tomou conhecimento do cartão que lhe foi aplicado quando já estava próximo ao vestiário. Que conhece o outro denunciado, mas não viu o mesmo agredir ninguém”.

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o 1º denunciado em 1(uma) partida, quanto à desclassificação do art. 254-A I para o art. 250 do CBJD.

Por unanimidade de votos, suspenso o 2º denunciado em 1(uma) partida, quanto à desclassificação do art. 254-A I para o art. 250 do CBJD.

3) Processo: nº 313/18

Denunciado: Alan Trindade (Árbitro da partida)

Tipificação: Art. 266 do CBJD.

Jogo: Liga de Nova Friburgo x Liga de Guapimirim

Categoria: Ligas Municipais – Sub 17

Data jogo: 09/06/2018

Representante legal do denunciado: Dra. Anália Chagas

Auditor Relator: Dr. Arilson Gouveia

Depoimento pessoal: Sr. Alan Trindade – RG: 21531156-4 - Árbitro

“Indagado ao árbitro como se fez presente a partida, o mesmo esclareceu que foi convidado pelo diretor de arbitragem da Liga de Guapimirim, que é comum tal procedimento pela amizade que possui.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Chegando ao local da partida, já estava no local o mesário da partida coletando os dados dos atletas das agremiações. Indagado quem teria sido responsável por elaborar a súmula da partida o mesmo afirma não saber, que não reconhece a caligrafia constante no documento e afirma que não é sua. No intervalo da partida o mesário perguntou sobre os cartões aplicados informando o denunciado que somente apontou os atletas advertidos”.

“Indagado pela D. Procuradoria se a conduta relatada já aconteceu em outras partidas o denunciado afirmou que sim, sendo comum em jogos da várzea, esclarecendo que os organizadores da partida tomam apenas as advertências aplicadas durante a partida pelo árbitro assumindo a responsabilidade da elaboração da súmula pelo delegado da partida”.

Resultado: Foi requerido pela D. Procuradoria a suspensão do julgamento para baixa ao Procurador Geral para providências diante dos fatos novos apresentados em audiência.

4) Processo: nº 314/18

Denunciado: Diego do Espírito Santo Silva (Atleta do AA Carapebus)

Tipificação: Art. 250 do CBJD

Jogo: AA Carapebus x São Gonçalo EC

Categoria: Série B1 – Sub 20

Data jogo: 20/06/2018

Representante legal do denunciado: Dr. Marcos Veloso

Auditor Relator: Dr. Rodrigo Octávio P. Borges

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 1(uma) partida, quanto à imputação do art. 250 do CBJD.

5) Processo: nº 315/18

Denunciado: Erick Brendon Pinheiro da Silva (Atleta do CA Barra da Tijuca)

Tipificação: Art. 254 § 1º I do CBJD

Jogo: CA Barra da Tijuca x América FC

Categoria: Série B1 - Profissional



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data jogo: 20/06/2018

Representante legal dos denunciados: Dr. Tiago Amaro

Auditor relator: Dr. Julião Vasconcelos

Resultado: Apresentado pela defesa do denunciado prova de vídeo.

A D. Procuradoria manifestou-se pelo pedido de desclassificação do art. 254 § 1º I para o art. 254-A § 1º do CBJD, com base na prova de vídeo do site oficial da FERJ, não apresentada ou requerida nos autos tempestivamente.

Por maioria de votos, absolvido o denunciado, quanto à imputação do art. 254 § 1º I do CBJD. Votos vencidos dos Auditores Dr. Leonardo Rangel e Dr. Arilson Gouveia que aplicavam pena de 1(uma) partida, sendo convertida em advertência, quanto à desclassificação do art. 254 § 1º I para o art. 250 do CBJD.

Requerido pela D. Procuradoria a lavratura do acórdão.

6) Processo: nº 316/18

Denunciado: EFP Projeto Futuro do Lagartixa (Associação)

Tipificação: Art. 203 do CBJD

Jogo: Unisouza FC x EFP Projeto Futuro do Lagartixa

Categoria: Amador da Capital – Sub 15

Data jogo: 23/06/2018

Representante legal do denunciado: Ausente

Auditor relator: Dr. Arilson Gouveia

Resultado: Por unanimidade de votos, multado o denunciado em R\$ 3.000,00(três mil reais) e perda dos pontos em disputa a favor do adversário, na forma do regulamento, quanto à imputação do art. 203 do CBJD.

Prazo de 10(dez) dias para pagamento da pena pecuniária a contar da data da publicação.

7) Processo: nº 317/18

Denunciado: Daniel Felipe dos Reis (Atleta do Serrano FC)

Tipificação: Art. 258 e 250 do CBJD

Jogo: Friburguense AC x Serrano FC



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Categoria: Série B1 – Sub 20

Data jogo: 23/06/2018

Representante legal do denunciado: Ausente

Auditor relator: Dr. Arilson Gouveia

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 1(uma) partida, quanto à imputação do art. 258 do CBJD e suspenso em 1(uma) partida, quanto à desclassificação do art. 250 para o art. 258 do CBJD

8) Processo: nº 318/18

Denunciado: Pedro Henrique M. Vargas Seidel (Atleta do Duque de Caxias FC)

Tipificação: Art. 254 § 1º II do CBJD

Jogo: Duque de Caxias FC x AA Carapebus

Categoria: Série B1 – Sub 20

Data jogo: 23/06/2018

Representante legal do denunciado: Ausente

Auditor relator: Dr. Rodrigo Octávio P. Borges

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 1(uma) partida, quanto à imputação do art. 254 § 1º I do CBJD.

9) Processo: nº 328/18

Denunciado: Paulo Henrique da Silva Araújo (Atleta do Angra dos Reis EC)

Tipificação: Art. 254 do CBJD

Jogo: Artsul FC x Angra dos Reis EC

Categoria: Série B1 – Sub 20

Data jogo: 16/06/2018

Representante legal do denunciado: Dr. Mauro Chidid

Auditor relator: Dr. Rodrigo Octávio P. Borges

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 1(uma) partida, quanto à imputação do art. 254 do CBJD.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

10) Conforme art. 170 § 2º do CBJD, fica o atleta amador isento do pagamento da pena pecuniária.

11) Todos os apenados com previsão dos benefícios do art. 182 do CBJD, gozarão dos mesmos por ocasião dos cumprimentos das obrigações. Deverá ser observado o § 2º do art. 170 do CBJD.

12) O Procurador se manifestou em todos os processos.

13) Todos os resultados dos julgamentos da presente sessão foram proclamados ao término de cada julgamento, em conformidade com o disposto do art. 133 do CBJD.

14) OS PAGAMENTOS DAS PENAS PECUNIÁRIAS DEVERÃO SER QUITADOS EM ATÉ 10(DEZ) DIAS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. CABE TAMBÉM RESSALTAR, QUE NO MESMO PRAZO DEVERÁ SER COMPROVADO JUNTO A SECRETARIA DESTE E. TRIBUNAL O PAGAMENTO DE TAL OBRIGAÇÃO, NOS MOLDES DO CONTIDO NO ART. 176-A § 1º DO CBJD, SOB PENA DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO.

15) Sem mais, foi encerrada a sessão às 20h.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2018.

Leonardo Rangel
Presidente em exercício da Comissão

Rosangela R. Silva
Secretária Adjunta